RESOLUÇÃO n.º 917, de 12 de Julho de 1924.

Pedro Celestino Corrêa da Costa, Presidente do Estado de Matto-Grosso.

Faço saber, a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa decretou e eu sanccionei a seguinte Lei:

- Art. 1.° Fica o Governo do Estado autorizado a conceder ao engenheiro civil e de minas, Honorio Hermeto Corrêa da Costa, privilegio por noventa annos para a construcção, uso e goso de uma estrada de ferro de bitola de um metro que partindo da zona francamente navegavel do rio Jaurú, affluente do Paraguay, vá terminar no rio Guaporé, de forma a aproveitar a sua franca navegação, de accôrdo com a lei n.º 116, de 25 de Junho de 1895, menos nas partes ora derogadas.
- Art. 2.º Ao concessionario o Estado fará cessão gratuita dos terrenos devolutos, comprehendidos dentro de vinte kilometros para cada lado do eixo da estrada em toda a sua extensão.
- Art. 3.º Ao contractante facultar-se-á o preferir escolher nas margens do rio Jaurú, Guaporé e seus affluentes, terrenos devolutos equivalentes aos que deixar de acceitar de cada lado do eixo da estrada.
- Art. 4.º O contractante ficará sujeito ás seguintes obrigações, além das que constam na lei n.º 116, de 1895.
 - a) Fazer a limpeza dos rios Jaurú e Guaporé.
- b) Effectuar a navegação dos rios Mamoré, Guaporé, Jaurú e Paraguay, desde Porto Esperança e Cuiabá, até a cachoeira de Guajará Mirim, no Mamore;
- c) O numero de viagens será de doze por anno, no minimo.
- d) Abrir uma estrada de rodagem de largura nunca inferior a tres metros ao lado do leito da estrada de ferro, contemporaneamente aos trabalhos da construcção desta, sem o que perderá direito a um terço das terras que lhe forem concedidas gratuitamente pelo Estado.

Art. 5.º — Gosará dos mesmos favores e ficará sujeita aos mesmos encargos a empreza cujo concessionario organizar.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir fielmente.

O Director do Expediente do Governo a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio da Presidencia do Estado em Cuiabá, 12 de Julho de 1924, 36.º da Republica.

(L. S.) Pedro C. Corrêa da Costa. Virgilio Alves Corrêa Filho.

Foi sellada e publicada a presente Resolução nesta Directoria do Expediente do Governo em Cuiabá, aos doze dias do mez de Julho de mil novecentos vinte e quarto.

O Director,

JAYME JOAQUIM DE CARVALHO.